



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 19/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 799/2009 – 06 Volumes.

Apenso: Processo nº 359/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Antônio Iran de Souza Lima, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Informação Conclusiva nº 963/2014 (fls. 1028/1030) e DICOP – Informação Conclusiva nº 58/2016 (fls. 1064/1069).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1695/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 1070).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

Ementa: Prestação de Contas Anuais.
Prefeitura Municipal de Boca do Acre.
Exercício de 2008.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
desaprovação das Contas.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Boca do Acre a **DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS da Prefeitura Municipal de Boca do Acre**, referente ao exercício 2008, de responsabilidade do Sr. **Antônio Iran de Souza Lima**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 19/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 19/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 799/2009 – 06 Volumes.

Apenso: Processo nº 359/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Antônio Iran de Souza Lima, Prefeito Municipal, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Informação Conclusiva nº 963/2014 (fls. 1028/1030) e DICOP – Informação Conclusiva nº 58/2016 (fls. 1064/1069).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1695/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 1070).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

Ementa: Prestação de Contas Anuais. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2008.

Contas Irregulares. Multa. Alcance. Autorização de Inscrição na Dívida Ativa. Instauração de Cobrança Executiva. Recomendação à Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, relativas ao exercício de 2008, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, inciso “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

9.2- Aplicar multa no montante de **R\$ 13.152,37** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos) ao Sr. **Antônio Iran de Souza Lima**, com base no art. 54, II e III, da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c o art. 308, V e VI, da Resolução n. 04/02-TCE;

9.3- Considerar em alcance o Sr. Antônio Iran de Souza Lima no valor total de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), referente a impropriedade constante no item 2.1 do



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 19/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 19/2016 -TCE – Tribunal Pleno)

relatório da DICOP, que trata de recursos aplicados e não comprovados sua devida execução;

9.4- Autorizar desde já a **inscrição do débito na dívida ativa e instauração de cobrança executiva**, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;

9.5- Recomendar a Prefeitura Municipal de Boca do Acre que:

- a) Cumpra o prazo estabelecido no art. 4º, da Resolução nº 07/2002-TCE c/c o § 1º, art. 15, da LC nº 06, de 22.01.91, com nova redação dada pela LC nº 24/2000, referente ao encaminhamento da movimentação contábil por meio magnético;
- b) Cumpra o prazo estabelecido na Resolução nº 06/2000 e da LC nº 101/2001, na remessa dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal;
- c) Cumpra o artigo 1º, inciso IV, da lei nº 2423/96, c/c o art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, quanto ao encaminhamento para o TCE dos processos de contratações temporárias ocorridas no exercício;
- d) Tenha atenção nos lançamentos informados no sistema ACP;
- e) Tenha atenção na formalização dos Contratos e seus Aditivos, no que se refere as Certidões Negativas e ao Parecer Jurídico.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral